

Discurso no evento de lançamento do Protocolo de Igualdade Racial

Gladys Mary Santos Sales

Membra do Coletivo de Servidores(as) Negros(as) do IPHAN.

Excelentíssimas autoridades presentes nesta mesa, senhoras e senhores,

Agradeço profundamente por estarmos reunidos aqui hoje.

E antes de qualquer palavra, peço licença aos nossos ancestrais — àqueles que vieram antes, que abriram caminhos onde só havia escuridão, que ergueram este país com suas mãos, sua ciência, sua espiritualidade, sua memória e sua dignidade. Peço licença para que eu possa honrar a missão ética que nos foi legada: garantir que nada mais seja silenciado, e que a trajetória histórica do patrimônio cultural brasileiro — negra, plural e resistente — seja transmitida com verdade às gerações futuras.

Frantz Fanon nos lembra que *“cada geração deve, na relativa opacidade de seu tempo, descobrir sua missão, cumpri-la ou traí-la.”* A missão da geração que aqui se senta é clara: romper o silêncio. Reconstituir memória. Restituir dignidade. E transformar esta instituição para que ela nunca mais reproduza as estruturas que, por 88 anos, invisibilizaram a contribuição negra no patrimônio nacional.

E é preciso dizer desde o início: este momento não é sobre brancos e tampouco é contra brancos. Este momento é sobre nós — sobre o povo negro — e sobre a construção da nossa consciência negra, como ensinou Bantu Steve Biko, quando afirmou que *“a arma mais poderosa do opressor é a mente do oprimido.”*

Por isso, pensar, falar, escrever e agir a partir de nós é um ato de libertação.

Hoje, lançamos um Protocolo que nasce de um diagnóstico inadiável: 71% dos servidores negros do serviço público afirmam já ter sofrido algum tipo de racismo no ambiente institucional. Esse dado não é apenas estatístico — ele é estrutural, ele é cotidiano, ele é histórico. Ele confirma tudo aquilo que Lélia Gonzalez nos advertiu sobre a “democracia racial” como mito fundador do Brasil; e confirma o que Cida Bento descreveu como o “pacto narcísico da branquitude”, que opera silenciosamente para manter privilégios.

Somos herdeiros de Carolina Maria de Jesus, que em *Quarto de Despejo* escreveu sobre um Brasil que a empurrava para fora da porta da frente — para o fundo, para a fome, para o silêncio. Hoje, sua voz ecoa aqui, neste auditório, lembrando-nos de que ainda há muitos quatinhos de despejo dentro das instituições. E que a política antirracista é, precisamente, a luta para fechar essas portas de exclusão e abrir espaços de dignidade. Logo, trata-se de uma trajetória histórica que só pode ser construída coletivamente, porque não aceitaremos mais que qualquer pessoa negra vivencie ou testemunhe discriminação racial no Iphan sem que isso produza a insubmissão ética da vítima e o devido constrangimento — institucional e moral — do agressor e de quem escolhe a omissão. Isso significa afirmar que o silêncio não é mais uma opção; que cada episódio de racismo será reconhecido, enfrentado e acolhido; e que o compromisso antirracista desta autarquia passa, necessariamente, por transformar a cultura organizacional, responsabilizando práticas discriminatórias e fortalecendo uma rede de proteção e coragem coletiva.

Assim como Carolina rompeu a cerca da exclusão com a força da palavra, Conceição Evaristo nos ensinou que a escrita negra é feita de *escrevivências*: aquilo que parte do corpo e da vida e transforma o mundo. Lélia

González nos ofereceu a amefricanidade como chave de leitura de nossa identidade. Sueli Carneiro denunciou o epistemicídio que nos exclui das narrativas do saber. Grada Kilomba revelou a ferida colonial que insiste em nos interditar o direito de falar. E Djamila Ribeiro nos lembra que lugar de fala é, antes de tudo, falar das estruturas de poder que determinam quem é ouvido e quem é silenciado.

Todas elas estão aqui hoje — porque nenhuma política antirracista é possível sem reconhecer as mulheres negras como as grandes intelectuais deste país.

E se falamos de consciência, lembramos também, as palavras de Marx e Engels, que no Manifesto do Partido Comunista, afirmaram que “*Os proletários nada têm a perder, a não ser seus grilhões.*”

Assim, nós, trabalhadores negros deste Instituto, nada temos a perder além das correntes do silenciamento institucional; e temos tudo a ganhar com a construção de uma política que redistribua poder, voz, narrativa e decisão.

Porque nada nos será dado espontaneamente.

E é por isso que não permitimos — e não permitiremos — que a luta negra seja apropriada por narrativas de benevolência, como a da Princesa Isabel e da Lei Áurea. Nossa liberdade foi conquistada por nós. Nossa trajetória sempre foi de luta. E nossas reparações também serão.

Este Protocolo nasce, também, da força da Carta dos Servidores(as) Negros(as) de 2023, que inaugurou um novo capítulo no IPHAN. Foi ali que denunciemos, propusemos, escrevemos e construímos caminhos para o COPMAF, para este Protocolo, para a Afroteca, para as formações antirracistas, para a revisão das práticas internas.

Mas ainda não basta.

Como apontam intelectuais africanas, é preciso abandonar a cosmovisão eurocentrada que só reconhece o que vê, tocando apenas a superfície da realidade. Precisamos incorporar a cosmopercepção africana — aquela que reconhece o que se sente, o que pulsa, o que organiza comunidades inteiras.

Proteger patrimônio negro é proteger território, memória, espiritualidade, sensações, ancestralidade — não apenas objetos.

Avançamos, sim.

Mas ainda há um longo caminho.

Política antirracista não pode se limitar à linguagem. Ela precisa garantir espaços de poder, decisão e protagonismo negro.

E é por isso que agradeço estar aqui hoje — algo que não aconteceu quando foi publicada a Portaria 135 de 2023. Este é um gesto que importa, porque política antirracista não se faz na nossa ausência.

Que este Protocolo seja o início de algo irreversível.

Que ele abra portas que nunca mais serão fechadas.

E que possamos — finalmente — cumprir, e não trair, a missão que Fanon confiou à nossa geração.

Muito obrigada.